



Relatório de Atividades 2019

Apresentação

As ações descritas nas páginas seguintes são decorrentes dos projetos realizados em parceria com diversos financiadores, tais quais: Petrobras, Instituto C&A, Instituto Arcor Brasil, Fundação Bernard van Leer, Fundação Porticus, GIZ (Agência de Cooperação Internacional) e CONANDA.

Os projetos mencionados foram desenvolvidos de acordo com a missão institucional da ANDI e considerando as definições legais de entidade de assistência social. Portanto, as demandas englobaram ações voltadas à promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

Devido ao fato de ter assumido a secretaria executiva da Rede Nacional pela Primeira Infância (triênio 2018 – 2020), muitas das iniciativas promovidas ao longo do ano foram voltadas à defesa e garantia dos direitos das crianças de zero a seis anos de idade.

Neste relatório, a ANDI apresenta a descrição detalhada das atividades, incluindo os objetivos alcançados, origem dos recursos utilizados e infraestrutura. No que diz respeito às informações individuais dos projetos, são apontados: público-alvo atendido, capacidade de atendimento, recursos financeiros utilizados, recursos humanos envolvidos, abrangência territorial das ações e forma de execução (planejamento, execução, monitoramento e avaliação).

Para começar a leitura, a ANDI traz um breve relato de sua história.

Histórico da ANDI

Criada há 28 anos, a ANDI, cuja missão é uma entidade sem fins lucrativos que atua na promoção da defesa e garantia dos direitos humanos, da inclusão social e desenvolvimento sustentável e das políticas de comunicação. Suas ações fundamentam-se na difusão e enrobustecimento de um diálogo profissional e ético entre redações, associações da imprensa, faculdades de Comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, com base nos princípios da mídia para o desenvolvimento.

Durante sua trajetória, a ANDI recebeu mais de 50 prêmios, homenagens, condecorações, títulos e menções honrosas, como o Grande Prêmio Ayrton Senna de Jornalismo; Prêmio Líbero Badaró; Prêmio Criança e Paz, concedido pelo UNICEF; Prêmio UNESCO; Prêmio Criança, concedido pela Fundação Abrinq e outros.

A tecnologia social construída pela ANDI passou a ser reaplicada de forma abrangente, levando à formação de duas redes: Rede ANDI Brasil (entre 2000 e 2013, atuante em 12 unidades da Federação) e Rede ANDI América Latina (desde 2003 presente em 13 países).

A ANDI reavaliou seus propósitos e ressignificou sua existência, em 2011, depois de analisada a crescente contribuição e incidência em outras áreas temáticas. Desde então, passou a ser denominada **ANDI – Comunicação e Direitos**, tendo a sua missão ampliada, manifestando-se segundo três vetores: **Infância e Juventude, Inclusão e Sustentabilidade e Políticas de Comunicação**.

A partir de janeiro de 2018, a ANDI assumiu a secretaria executiva da Rede Nacional pela Primeira Infância (RNPI) pelo triênio que findará em dezembro de 2020. A RNPI é a maior rede para defesa da Primeira Infância do Brasil. Pelo amplo escopo dos seus 262 membros (sociedade civil, representantes governamentais, institutos e fundações públicas e privadas, organizações do sistema ONU, universidades etc.), a sua capacidade de articulação e poder de *advocacy* ganha ascensão nacional e força regional,

atuando para o desenvolvimento integral da criança pequena por meio de ações intra e intersetoriais.

Assim sendo, as atividades desenvolvidas pela ANDI condizem com a definição de “entidades e organizações de assistência social” contida na LOAS, 3º artigo, 3º parágrafo:

§ 3o São de defesa e garantia de direitos aquelas que, de forma continuada, permanente e planejada, prestam serviços e executam programas e projetos voltados prioritariamente para a defesa e efetivação dos direitos socioassistenciais, construção de novos direitos, promoção da cidadania, enfrentamento das desigualdades sociais, articulação com órgãos públicos de defesa de direitos, dirigidos ao público da política de assistência social, nos termos desta Lei, e respeitadas as deliberações do CNAS, de que tratam os incisos I e II do art. 18.

1. Identificação da entidade

Nome: ANDI – Agência de Notícias dos Direitos da Infância

Nome Fantasia: ANDI – Comunicação e Direitos

Endereço: SDS Ed. Miguel Badya, Bloco L, Sala 318 – Brasília/DF CEP: 70394-901

CNPJ: 36.751.345/0001-24

Missão: Contribuir para uma cultura de promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável a partir de ações no âmbito do jornalismo.

Titulação anterior: A ANDI recebeu a titulação de Entidade de Utilidade Pública Federal (UPF), concedida pelo Ministério da Justiça. No entanto, tal qualificação, criada pela Lei nº 91/1935, foi revogada pela Lei nº 13.204/2015, que ampliou os benefícios da UPF a todas as entidades sem fins lucrativos.

2. Finalidades estatutárias

- I. Contribuição para o aprimoramento da qualidade da informação pública sobre os temas decisivos para a promoção dos direitos da infância, da adolescência e da juventude, buscando facilitar e apoiar o diálogo sistemático e ético entre os atores que atuam nessa área e a mídia;
- II. Defesa da inclusão social e sustentabilidade, bem como políticas de comunicação, responsabilidade social empresarial e direitos culturais;
- III. Promoção da defesa de direitos já estabelecidos através da mobilização social na mídia, na esfera política, acadêmica e no contexto da sociedade;
- IV. Reivindicação da construção de novos direitos fundados em novos conhecimentos e padrões de atuação reconhecidos nacional e internacionalmente;
- V. Fomento de intercâmbio de informações e experiências por meio de redes sociais;

VI. Monitoramento e análise de conteúdo veiculado na mídia sobre a infância e a juventude, inclusão, sustentabilidade e políticas de comunicação, produzindo e socializando as informações qualificadas, por meio de estudos que ampliem o conhecimento da sociedade e dos cidadãos sobre os seus direitos, segundo metodologia própria desenvolvida;

VII. Sistematização e difusão de projetos inovadores de inclusão cidadã que possam apresentar soluções alternativas a serem incorporadas nas políticas públicas visando a melhoria das condições de vida do seu público beneficiário, em especial, aqueles em maior situação de vulnerabilidade;

VIII. Diálogo permanente com os meios de comunicação no intuito de facilitar e estimular uma cultura jornalística plural, independente e socialmente responsável;

IX. Cooperação e assessoria política, técnica e administrativa na área de comunicação a órgãos públicos e organizações não governamentais, que atuam no campo do atendimento, da promoção e da defesa dos direitos do segmento;

X. Democratização do acesso a informações sobre as condições de usufruto de direitos, benefícios e serviços assistenciais para o público infante-juvenil, entre outros temas de seu interesse;

XI. Contribuição para fomentar o debate midiático voltado à preservação dos bens materiais e imateriais do patrimônio cultural e histórico brasileiro, bem como as expressões culturais dos grupos formadores da sociedade brasileira e responsáveis pelo pluralismo da cultura nacional; e

XII. Promoção da cultura e do desporto, inclusive com a realização de projetos culturais e esportivos enquadrados nas leis federais, estaduais e municipais de incentivo à cultura e ao esporte.

3. Objetivos alcançados

A ANDI tem por objetivo precípuo a promoção da cidadania e da assistência social beneficente consubstanciada no assessoramento,

orientação, defesa e garantia de direitos das crianças, adolescentes e jovens beneficiários da Lei Orgânica da Assistência Social (LOAS), de forma continuada, permanente, planejada e gratuita, sem qualquer discriminação de clientela.

Por meio de sua atuação promove e fortalece um diálogo profissional e ético entre as redações, associações de imprensa, faculdades de comunicação, poderes públicos, organismos internacionais, setor privado e sociedade civil, tendo como fundamentos os princípios da mídia para o desenvolvimento.

Ao longo dos 28 anos de sua trajetória, a ANDI obteve êxito em seus objetivos contribuindo no que diz respeito à agenda dos direitos da criança e do adolescente, bem como para o crescimento da incidência de políticas públicas pela Primeira Infância.

Além disso, a entidade favorece a articulação entre os meios de comunicação e as fontes de informação, reverberando na qualidade da cobertura jornalística sobre infância e adolescência, inclusão e sustentabilidade e políticas de comunicação. Tais temáticas foram abarcadas pela ANDI após reformulação ocorrida em 2011.

No entanto, as ações da ANDI não se limitam ao fomento do debate midiático. A mobilização em prol da defesa de direitos dá-se também nas esferas política, acadêmica e social e, para esse fim, são executados projetos, programas e planos de ação, sempre com enfoque nos objetivos sociais definidos em seu estatuto.

4. Origem dos recursos

Os recursos geridos, em 2019, são oriundos de fontes públicas e privadas.

Origem do recurso	Fonte
Instituto Nacional	Instituto C&A
	Instituto Arcor Brasil

Fundações Internacionais	Fundação Bernard van Leer
	Porticus
Agência de Cooperação Internacional	GIZ
Governo Federal	CONANDA
Sociedade de Economia Mista	Petrobras

5. Infraestrutura

A ANDI desenvolve suas atividades em sede situada no Edifício Miguel Badya, bloco L, no Setor de Diversões Sul, ponto estratégico, no centro da Capital Federal. A estrutura física da instituição é composta por três salas alugadas no local (316, 318 e 320), totalizando uma área de 150,60 m².

O espaço contém Diretoria Executiva, Controladoria, estações de trabalho, sala de reuniões, dois banheiros, uma copa e um ambiente de descanso para os colaboradores.

Em relação aos recursos humanos, a instituição conta com uma equipe diversificada, composta por profissionais comprometidos com a promoção dos direitos humanos, dos direitos da infância e da juventude, da inclusão social e do desenvolvimento sustentável.

EQUIPE ANDI	
NOME	CARGO
Miriam Izabel Albernaz Cordeiro	Diretora Executiva
Ana Potyara Tavares	Diretora Administrativa Financeira
Jaqueline Silva	Assistente Financeira
Mariana Rodrigues da Silva	Auxiliar Administrativa
Antônia Conceição	Auxiliar Administrativa
Luciana Abade	Gerente de Comunicação
Eduardo Schwarz	Gerente de Projetos
Flávia Falcão	Jornalista
Ítalo Silva	Estagiário

Ivanete Cardoso	Serviços Gerais
-----------------	-----------------

CONSULTORES DA ANDI
Diana Barbosa
Thais Malheiros Gawryszewsky
João José Miguel (Veet Vivarta)
Vital Didonet

ASSEMBLEIA GERAL DA ANDI	CONSELHO FISCAL DA ANDI
Antonio Augusto Gomes da Silva	Marilene Oliveira Lobo Assis Gonçalves Marcus Philipe Assis Araruna
Fábio Luís de Oliveira Rosa	
Marcos Muccillo Daudt	

6. Identificação de cada programa executado

Projeto: Fortalecimento da Campanha Criança é Prioridade	
Público-alvo atendido	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Candidatos a chefes do Poder Executivo Municipal das eleições de 2020; ❖ Jornalistas; ❖ Representantes de organizações integrantes da Rede Nacional Primeira Infância (RNPI); ❖ Articuladores de políticas públicas; Gestores públicos.
Capacidade do atendimento	Não é possível determinar, uma vez que o valor é apenas estimado, pois há um crescimento exponencial dos beneficiários do projeto, à medida que alcança novos municípios e novos gestores participam.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 658.400,00
Financiador	Fundação Porticus
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI, além de parcerias com outras instituições elencadas a seguir: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Fundação Maria Cecília Souto Vidigal, e diversas organizações da Rede; ❖ UNICEF;

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Rede Estadual Primeira Infância do Piauí; ❖ Aldeias Infantis; ❖ Instituto da Infância (Ifan); ❖ Fundação Bernard van Leer; ❖ Instituto C&A.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	ELABORAÇÃO: Seu objetivo é apoiar, no âmbito institucional, a secretaria executiva da RNPI e fortalecer as ações de formação da <i>Campanha Criança é Prioridade</i> , por meio da produção de materiais e criação de uma Plataforma EAD para formação de gestores públicos.
	EXECUÇÃO: O projeto engloba uma série de ações que serão apresentadas a seguir: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Realização da reunião da Assembleia Geral da RNPI nos dias 21 e 22 de outubro, no Hotel Nacional, em Brasília (DF); ❖ Manutenção da plataforma para outras edições do curso; ❖ Foi realizada uma reunião em 16 de maio para definir os indicadores do Marco Legal e dos Planos Municipais de PI; ❖ Contratação da empresa que iniciou o processo tecnológico de construção da ferramenta (APP Cívico); ❖ Início da coleta de dados e do processo de monitoramento do Marco Legal da PI; ❖ Realizada reunião para discussão e validação do instrumento de análise de conteúdos dos planos municipais; ❖ Viagens de articulação com entidades nacionais e internacionais.
	AVALIAÇÃO: Devido à continuidade do projeto no ano de 2020, as informações sobre as atividades promovidas serão documentadas e sistematizadas. No que diz respeito à plataforma, após seu lançamento, previsto para julho de 2020, os usuários serão convidados a avaliar a experiência, em relação ao conteúdo e aos processos interativos e de produção de conhecimento, respondendo a enquetes e questionários. Esse material será complementado com as avaliações dos profissionais envolvidos (tutores, coordenadores e especialistas), contribuindo para o aprimoramento da ferramenta. O cronograma prevê a elaboração de um relatório final de avaliação do projeto como última ação.
	MONITORAMENTO: O acompanhamento das ações desenvolvidas foi contínuo, havendo, inclusive, reuniões

	de monitoramento e aconselhamento. Para averiguar o desenrolar do projeto foram utilizados alguns indicadores como: aumento do número de organizações integrantes da RNPI; estabelecimento de parcerias nacionais e internacionais; aumento da participação das organizações integrantes nas discussões sobre os temas considerados relevantes para a garantia dos direitos das crianças; atuação efetiva e ampliação da participação da RNPI em comitês, fóruns e seminários; realização de reuniões para apresentação de relatórios das atividades realizadas em cada ano e criação do Plano de Ação para o próximo triênio.
--	--

Projeto: Primeira Infância é Prioridade	
Público-alvo atendido	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Gestores governamentais; ❖ Lideranças da sociedade civil; ❖ Comunidade acadêmica; ❖ Jornalistas; ❖ Pais, mães e cuidadores.
Capacidade do atendimento	A estimativa é de que o projeto atenda aproximadamente 1.054 participantes diretos e 7.200 eventuais em dois anos.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 907.150,00
Financiador	Petrobras
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Equipe da ANDI e colaboradores; ❖ Organizações integrantes da RNPI.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: As ações propostas pelo Projeto foram formuladas pela equipe da ANDI, tendo como base o Marco Legal da Primeira Infância (Lei 13.257/2016), bem como as demais Leis e Resoluções próprias à Política de Assistência Social, com o intuito de incidir sobre os processos de formulação e implementação das políticas públicas voltadas à Primeira Infância por meio da mobilização social, da construção de conhecimento e de estratégias de comunicação, visando garantir prioridade a essa agenda em âmbito local e nacional.</p> <p>EXECUÇÃO: Esta fase compreendeu as ações a seguir, que foram efetuadas em 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Oferta de uma edição de curso à distância de 68 horas/aula, ministrado entre julho e outubro, sobre formulação de Planos Municipais de Primeira Infância; ❖ Início das ações para o desenvolvimento da plataforma de monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância (Foram realizadas reuniões de

	<p>planejamento com equipe de desenvolvedores que começaram a produzir a Plataforma com uma metodologia denominada “Hackprothon”; foram realinhados o objetivo da Plataforma e o seu público-alvo, definidos os indicadores que irão integrá-la, elaborada a ficha de metadados, entre outras atividades;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Foi iniciada a busca ativa dos planos municipais e a elaboração do instrumento de análise de conteúdo; ❖ Desenvolvimento de 14 oficinas participativas com foco na Primeira Infância, visando atingir moradores de 05 comunidades do Rio de Janeiro; ❖ Desenvolvimento de oficinas com foco na Primeira Infância junto a 04 comunidades de Fortaleza; ❖ Fomento da presença de temas estratégicos da agenda da Primeira Infância na mídia brasileira, por meio do apoio à produção de reportagens especiais. <p>AVALIAÇÃO: Por meio da avaliação pretende-se confirmar que os resultados obtidos estão em consonância com os objetivos estipulados durante o planejamento. Para tanto serão produzidos relatórios com indicadores que verificarão se os resultados das atividades desenvolvidas ao longo do projeto são compatíveis com as metas estabelecidas.</p> <p>MONITORAMENTO: Essa etapa do projeto tem embasamento na averiguação do cumprimento das ações estabelecidas para o período de 2019. No que diz respeito ao curso de capacitação à distância, foi redigido relatório contendo a lista de participantes e a relação de certificados emitidos. No tocante às oficinas, foram produzidos relatórios das atividades, que incluem registro fotográfico, listas de frequência, resultado do grupo focal e relatório de avaliação de impacto. Já foram veiculadas 12 reportagens especiais sobre a Primeira Infância e há previsão de novas notícias sobre o tema para 2020. Os detalhes sobre as ações referentes à implementação da plataforma de monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância já foram iniciadas e constam em relatório próprio.</p>
--	---

Projeto: Sustentabilidade e Governança da RNPI	
Público-alvo atendido	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Organizações da RNPI. ❖ Meninas e meninos com idade de zero a seis anos.
Capacidade do atendimento	Serão beneficiadas direta e indiretamente pelo menos 262 membros da RNPI. A estimativa é de que o projeto tenha um número de atendimento exponencial, uma vez que o público-alvo é composto por multiplicadores das

	ações. Assim sendo, o intuito é atingir o maior número possível de meninas e meninos brasileiros na faixa etária de zero a seis anos.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 179.000,00
Financiador	Instituto C&A
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Grupo Gestor da RNPI; ❖ Secretaria Executiva da ANDI; ❖ Coordenação do Projeto; ❖ Assistente Financeiro; ❖ Consultores.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	ELABORAÇÃO: Com o intuito de aprimorar e sistematizar o novo modelo de governança da RNPI foi elaborado projeto que promoverá o fortalecimento da rede por meio da reestruturação estratégica de quatro aspectos significativos: articulação entre seus membros, estrutura organizacional; comunicação e sustentabilidade financeira. A iniciativa pretende garantir maior eficiência no fomento às políticas públicas voltadas para a Primeira Infância a partir do diálogo com as novas conjunturas sociopolíticas e econômicas em curso no Brasil e no mundo.
	EXECUÇÃO: A implementação do planejamento para 2019 teve como demandas: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Consultoria para elaboração do novo regimento; ❖ Criação de uma comissão a partir do grupo de membros da própria rede para elaborar o novo regimento.
	AVALIAÇÃO: A derradeira atividade da iniciativa será a redação de relatório de avaliação, fruto das informações obtidas pelo processo de monitoramento durante a execução.
	MONITORAMENTO: A supervisão das ações será definida por cronograma a ser determinado em 2020.

Projeto: Fortalecendo a Capacidade dos Operadores do Sistema de Justiça de Coibir as Violações dos Direitos de Crianças e Adolescentes Cometidas pela Mídia Brasileira

Público-alvo atendido	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Profissionais do Sistema de Justiça: <ul style="list-style-type: none"> ❖ Tribunais de Justiça; ❖ Ministérios Públicos; ❖ Defensorias Públicas; ❖ Conselhos Tutelares.
Capacidade do atendimento	300 profissionais da área jurídica

Recursos financeiros utilizados	R\$ 217.595,00
Financiador	CONANDA
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Assistente Financeiro; ❖ Consultor sobre Temas de Legislação; ❖ Consultor para a Elaboração dos Conteúdos Didáticos; ❖ Consultor Pedagógico; ❖ Coordenação Técnica e Programática; ❖ Designer Educacional para Plataforma EaD; ❖ Direção Executiva da ANDI; ❖ Estagiário; ❖ Jornalista; ❖ Palestrantes; ❖ Secretária do Curso; ❖ Técnico para Customização da Plataforma EaD; ❖ Técnico para desenvolvimento de ferramenta de inscrição online; ❖ Tutores; ❖ Web designer.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: Perante o cenário de dispersão normativa e de fragilidade na esfera da administração pública, a responsabilidade do Poder Judiciário como instância protetora dos direitos de crianças e adolescentes no que se refere à mídia é significativamente acentuada. No entanto, a atuação da Justiça Brasileira esbarra no déficit de conhecimento sobre as muitas variáveis envolvidas no debate sobre o direito à liberdade de expressão e sua compatibilidade com outros direitos humanos fundamentais – entre os quais, os da infância e adolescência. Com o intuito de oferecer ferramentas de capacitação aos integrantes da área forense, o presente projeto foi elaborado pela ANDI para desenvolver e implementar curso à distância com foco na liberdade de expressão e nas violações dos direitos de crianças e adolescentes cometidas pela mídia.</p> <p>EXECUÇÃO: Durante o ano de 2019 foram executadas as seguintes demandas do projeto:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Assinatura de termos de cooperação com parceiros técnicos e institucionais do projeto; ❖ Contratação de prestadores de serviço e fornecedores (para a construção/operação da plataforma EaD e produção/gestão do conteúdo); ❖ Definição da matriz metodológica com base nos 05 módulos estabelecidos pelo edital;

	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Seleção da plataforma EaD; ❖ Elaboração dos materiais didáticos e iniciada a customização da plataforma EaD, que depende do conteúdo para ser finalizada. <p>AVALIAÇÃO: Será elaborado ao final do projeto um relatório no qual constará a avaliação final, apresentando os resultados alcançados e recomendações visando à realização de novas edições do curso. O documento deverá considerar o desempenho dos alunos que será monitorado por meio de uma tarefa aplicada a cada módulo temático completado.</p> <p>MONITORAMENTO: A execução das metas é mensurada pela análise dos seguintes indicadores: termos de cooperação assinados; cópias das chamadas públicas e termos de contratação dos profissionais; documento técnico contendo a matriz tecnológica do curso; documento técnico descrevendo a plataforma tecnológica EaD.</p>
--	--

Projeto: Desenvolvimento de Conteúdo Didático para Curso à Distância sobre Direitos da Criança e do Adolescente	
Público-alvo atendido	Jornalistas e comunicadores
Capacidade do atendimento	A estimativa é de que o projeto tenha um número de atendimento exponencial, uma vez que o público-alvo é composto por multiplicadores das ações, no âmbito de toda a América Latina.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 14.500,00
Financiador	Instituto Arcor Brasil
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Supervisor Geral; ❖ Coordenador do Projeto; ❖ Assistente Financeiro.
Abrangência territorial	América Latina
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: A equipe da ANDI desenvolve o presente projeto a convite do Instituto Arcor Brasil. A proposta apresenta a estrutura geral e os principais conteúdos didáticos de um curso à distância dirigido a jornalistas e comunicadores latino-americanos, com foco na cobertura da agenda dos direitos da criança e adolescente. Ele foi pensado de forma a permitir sua aplicação ao cenário das diversas nações da região, facilitando assim seu compartilhamento junto a um amplo conjunto de profissionais de mídia interessados na temática. O principal objetivo do curso é oferecer uma visão abrangente e articulada dos aspectos mais</p>

	<p>relevantes do paradigma de direitos que hoje orienta, em nível global, as percepções e práticas relativas à infância e à adolescência.</p> <p>EXECUÇÃO: A proposta da iniciativa objetiva a oferta de curso à distância para jornalistas e comunicadores latino-americanos, composto por cinco módulos, com foco na cobertura da agenda dos direitos da criança e adolescente. O conteúdo didático deste curso foi desenvolvido pela ANDI. Em 2019, foi concluído o primeiro módulo, <i>“Infância e adolescência como prioridade absoluta”</i>. Ao final da formação, haverá a certificação dos alunos mediante a avaliação do desempenho na elaboração de uma tarefa individual (que será comentada pelo tutor) e nas respostas a um questionário fechado que integra cada módulo.</p> <p>Avaliação: A última etapa é a avaliação, que consiste na consolidação das informações coletadas durante o monitoramento. O resultado do desempenho dos alunos, bem como as observações relativas à plataforma também serão consideradas na elaboração do relatório final.</p> <p>MONITORAMENTO: Os impactos das ações são monitorados de forma constante, ao final de cada módulo do curso, a partir do <i>feedback</i> dos usuários e dos tutores tanto no que tange às avaliações de desempenho dos alunos quanto à análise da plataforma EaD.</p>
--	---

Projeto: Fortalecer a RNPI no Cumprimento de sua Missão de Defesa, Promoção e Garantia dos Direitos da Primeira Infância	
Público-alvo atendido	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Profissionais das organizações que compõem a RNPI; ❖ Jornalistas; ❖ Comunicadores; ❖ Gestores Públicos.
Capacidade do atendimento	<ul style="list-style-type: none"> ❖ 262 membros da RNPI; ❖ 30 jornalistas por ano; ❖ 200 participantes municipais das classes de EAD.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 863.276,00
Financiador	Fundação Bernard van Leer
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Secretaria Executiva da ANDI; ❖ Coordenação do Projeto; ❖ Assistente Financeiro; ❖ Jornalista; ❖ Assistente Financeira; ❖ Auxiliar Administrativa;

	❖ Consultores.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: O presente projeto surgiu como estratégia para fortalecer a Rede Nacional pela Primeira Infância, com vistas a potencializar as ações voltadas para a temática da Primeira Infância, atuando com base em quatro eixos:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Governabilidade e sustentabilidade institucional; ❖ Capacitação e engajamento das mídias em PI via comunicação; ❖ Implementação do Marco Legal da Primeira Infância; ❖ <i>Advocacy</i> – Defesa contínua da Primeira Infância, fortalecimento dessa temática junto aos gestores públicos e sociedade. <p>EXECUÇÃO: No tocante à execução, A RNPI promoveu as ações elencadas a seguir durante o ano de 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Participação em mais de 50 eventos de articulação, mobilização ou como apoiadora de iniciativas de outras entidades; ❖ Elaboração e publicação de três cartas e manifestos; ❖ Atualização e disseminação de informações relativas à PI e à RNPI (site, mídias sociais e-mails e plataforma EaD); ❖ Produção de 14 boletins mensais; ❖ Início da revisão do Guia para elaboração do Plano Municipal (PMPI) – incluindo ODS relacionados à PI e estratégia Urban95; ❖ Realização de 08 visitas técnicas de articulação: Teresina (PI), Mossoró (RN), Laranjeiras (SE), Boa Vista (RR), Porto Alegre (RS), Itaboraí (RJ), São Sebastião (SP) e Cidade ocidental (GO); ❖ Pactuação de um Plano de Sustentabilidade da RNPI; ❖ Projeção de estrutura de monitoramento e avaliação que permita avaliar o impacto das ações da RNPI pelo Brasil; ❖ Elaboração e editoração de uma Cartilha de Referência para Cobertura Jornalística sobre PI, disponibilização em PDF e impressão de 1.000 cópias; ❖ Produção de seis pautas especiais; ❖ Atualização do registro de JACs, 105; ❖ Revisão e adaptação da Plataforma de EaD PMPI/RNPI, incluindo temas da Urban95 e temas da parentalidade, ação concluída em julho de 2019; ❖ Construção da plataforma dos PMPIS e metodologia de disseminação e implementação do MLPI; ❖ Capacitação de 351 participantes (incluindo gestores

	<p>municipais ou responsáveis pelas políticas públicas) no curso PMPI, dos quais 167 concluíram e foram certificados;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Participação e fornecimento de expertise em PI (avaliação, confecção de materiais didáticos etc.) em reuniões técnicas do Programa Criança Feliz. A ANDI participou do Seminário Internacional da Primeira Infância como convidada e apoiadora; ❖ Mapeamento dos principais dispositivos do MLPI em implementação no âmbito federal, em 02 estados e 20 municípios de cada região do país; ❖ Início do mapeamento nos MLPI, particularmente em respeito à implementação de políticas de educação, assistência social e saúde; ❖ Representação e participação nos principais eventos relacionados ao <i>advocacy</i> em PI com o intuito de fortalecer o campo. <p>AVALIAÇÃO: A análise do conteúdo resultante do monitoramento permite uma avaliação minuciosa da execução do projeto. A partir das informações constantes nesse documento será redigido o relatório de avaliação final.</p> <p>MONITORAMENTO: O extenso cronograma de atividades requer o acompanhamento constante dos resultados por meio de relatórios que descrevem o desenrolar das ações. São registrados os eventos realizados, bem como a lista de participantes; o total de pessoas capacitadas em oficinas e cursos; avaliação, por parte dos usuários, de ferramentas como a plataforma EaD; contabilização de notícias veiculadas sobre a PI pelos meios de comunicação; convites para participar de eventos cuja temática é <i>advocacy</i> em PI.</p>
--	--

Projeto: Advocacy para Promover Políticas Públicas para a Primeira Infância	
Público-alvo atendido	<ul style="list-style-type: none"> ❖ 262 membros da RNPI; ❖ Gestores Públicos; ❖ Poder Executivo (Federal/Estadual/ Municipal); ❖ Poder Legislativo; ❖ Sociedade Civil Organizada.
Capacidade do atendimento	A capacidade de atendimento não pode ser mensurada uma vez que o público-alvo é formado por multiplicadores que poderão afetar direta e indiretamente um número expressivo de pessoas.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 319.890,00
Financiador	Fundação Bernard van Leer
Recursos humanos	❖ Equipe da ANDI;

envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Consultores; ❖ Especialistas.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	<p>ELABORAÇÃO: Visando à potencialização de três dos quatro eixos do projeto “<i>Fortalecer a RNPI no cumprimento de sua missão de defesa, promoção e garantia dos direitos da primeira infância</i>”, foi elaborada esta nova proposta. Os eixos mencionados são:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Governabilidade e sustentabilidade institucional; ❖ Implementação do Marco Legal da PI; ❖ <i>Advocacy</i> – Defesa contínua da Primeira Infância, fortalecimento dessa temática junto aos gestores públicos e sociedade. <p>Este projeto tem como alicerce quatro objetivos principais: Desenvolvimento e qualificação de um sistema de manejo de dados intersetorial focado na PI (Plataforma Observatório do Marco Legal da Primeira Infância); Atualização e expansão da plataforma do curso EaD do PNPI; Realização por parte da Rede de atividades de <i>advocacy</i> mais robustas e estruturadas no contexto do parlamento brasileiro e em aliança com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância e Desenvolvimento do marco de monitoramento e de governança dentro da RNPI com a proposta de qualificar, monitorar e avaliar atividades-chave do projeto.</p> <p>EXECUÇÃO: De acordo com o cronograma de atividades, foram concretizadas as seguintes ações previstas para 2019:</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Desenvolvimento de soluções tecnológicas para a Plataforma de Monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância e dos Planos Municipais pela Primeira Infância; ❖ Aprimoramento do rol de indicadores de monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância para análise de aspectos de territorialidade/Urban95; ❖ Início do desenvolvimento e sistematização metodológica para análise da implementação dos Planos Municipais pela Primeira Infância, incluindo aspectos de territorialidade/Urban95, parentalidade e ações intersetoriais; ❖ Desenvolvimento do conteúdo escrito e audiovisual sobre SGD, territorialidade/Urban95 e parentalidade para o curso EaD sobre elaboração dos PMPI; ❖ Implementação de curso de três meses de duração sobre a formulação dos PMPI; ❖ Elaboração e implementação de 03 Seminários de

	<p>Diálogo na Primeira Infância no Congresso Nacional, reunindo parlamentares e especialistas na área;</p> <ul style="list-style-type: none"> ❖ Sensibilização dos membros do Congresso Nacional para formular novos projetos de lei e/ou priorizar os procedimentos legislativos relativos a projetos de lei estratégicos que serão definidos pela secretaria executiva da RNPI em estreito diálogo com a Frente Parlamentar Mista da Primeira Infância; ❖ Monitoramento permanente de procedimentos legislativos para identificar projetos de lei, emendas constitucionais e outras proposições relativas à questão da PI; ❖ Elaboração de 03 Notas Técnicas sobre leis, emendas constitucionais e outras proposições relativas às questões da PI, a fim de apoiar a atividade parlamentar; 01 Substitutivo de Projeto de Lei; 04 Subsídios para análise de projetos de lei e decisão sobre voto; 03 Reuniões nos Gabinetes de Parlamentares para demover de iniciativas prejudiciais ou inoportunas ou sugerir outro encaminhamento. <p>AVALIAÇÃO: Para concluir o projeto, será elaborado um relatório de avaliação final no qual constarão detalhes das ações e seus desenlaces, além do total de participantes, beneficiados, resultados obtidos e <i>feedback</i> dos envolvidos.</p> <p>MONITORAMENTO: A relatoria do acompanhamento das demandas será alicerçada na observação de alguns indicativos apontados a seguir: análise dos dados referentes ao desenvolvimento da Plataforma de Monitoramento do Marco Legal da Primeira Infância e dos Planos Municipais pela Primeira Infância; compilação do conteúdo escrito e audiovisual produzido sobre SGD, territorialidade/Urban95 e parentalidade para o curso EaD sobre elaboração dos PMPI; levantamento do montante de iniciativas parlamentares (projetos de lei, emendas constitucionais e outras proposições) voltadas para a PI, entre outras.</p>
--	---

Projeto: Elaboração do Guia de Referência para Cobertura Jornalística de Eficiência Energética	
Público-alvo atendido	Jornalistas
Capacidade do atendimento	Não é possível mensurar, por tratar-se de um público-alvo formado por multiplicadores que disseminarão a informação em nível exponencial.
Recursos financeiros utilizados	R\$ 61.700,00

Financiador	GIZ – Agência de Cooperação Internacional
Recursos humanos envolvidos	<ul style="list-style-type: none"> ❖ Coordenadora; ❖ Jornalista; ❖ Revisor; ❖ Design Gráfico.
Abrangência territorial	Nacional
Demonstração da forma de participação dos usuários e/ou estratégias que foram utilizadas em todas as etapas do plano	ELABORAÇÃO: Com base no Termo de Referência do Projeto Guia de Referência para cobertura jornalística de Eficiência Energética, PN 15.9061.1-001.00, cujo objetivo era pesquisar e elaborar o guia mencionado. Foi apresentada pela ANDI uma proposta para a sua execução, que foi acordada em 2018 e continuada em 2019.
	EXECUÇÃO: O projeto passou por diversas etapas nas quais foram efetuadas a pesquisa, as entrevistas com os técnicos e especialistas, a elaboração do texto, a diagramação e a revisão final, que foi realizada pela instituição financiadora.
	AVALIAÇÃO E MONITORAMENTO: O projeto foi finalizado em 2019, com base no monitoramento ocorrido em todas as fases, resultando na conclusão da etapa de produção do <i>Guia de Referência para cobertura jornalística de Eficiência Energética</i> . A publicação foi encaminhada para a instituição financiadora que desenvolverá a estratégia para publicação e divulgação.